

Salário mínimo e mercado de trabalho: uma análise a partir do período recente

Leandro Horie¹

Adriana Marcolino²

Introdução

A despeito de todos os seus efeitos positivos na economia, a política de valorização do salário mínimo (SM), negociação realizada entre as Centrais Sindicais e o Governo federal entre os anos de 2004 e 2005, terá o seu primeiro ciclo encerrado e sem perspectiva de prorrogação.

Como rendimento base e referência para milhões de categorias profissionais e aposentados(as) e pensionistas, a interrupção de sua política de valorização a partir de 2020 pode gerar o retorno da situação onde a garantia era apenas do reajuste nominal. Mesmo este dispositivo está em risco, em face das tentativas de excluí-lo de alguma forma da constituição assim como a busca de brechas políticas para a retirada de sua referência para os benefícios previdenciários.

O período recente também se caracterizou como aquele onde foi verificada a maior recessão da história do país, assim como o período mais lento de recuperação, já que mesmo em meados de 2019 a economia brasileira encontra-se abaixo do verificado do período pré-crise, ou seja, até 2014. Essa dinâmica, conjuntamente com uma reforma trabalhista agressiva em um mercado de trabalho desestruturado historicamente, tem causado a “tempestade perfeita”, já que elevou expressivamente os índices de desocupação e depois tem observada lenta queda, á custa da expansão do emprego informal e/ou por conta-própria em detrimento do assalariamento formal, que era o até então. A renda permanece com sua média estagnada,

¹ Economista e mestre no IE-UNICAMP, onde atualmente faz doutorado. Técnico do DIEESE. Email: leandro@dieese.org.br

² Socióloga e mestre, ambos na FFLCH-USP. Técnica do DIEESE. Email: adriana@dieese.org.br

mas com aumento da desigualdade, ou seja, com quedas no extremo inferior e aumento no extremo superior.

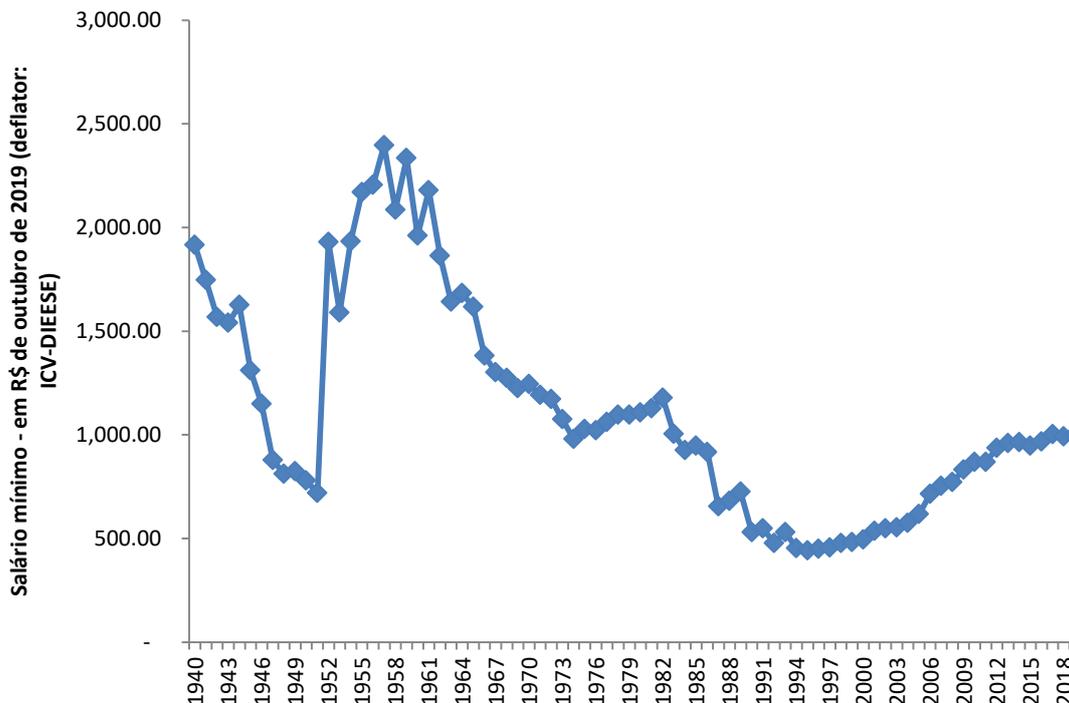
O salário mínimo é fundamental para o combate à desigualdade, mas a tendência de deterioração do mercado de trabalho e a não continuidade da política de valorização do salário mínimo podem acentuar ainda mais esse quadro. Com isso, entender o universo de trabalhadores e trabalhadoras que recebe o piso salarial no país é fundamental para visualizar os principais afetados por esse duplo movimento, que se não interrompido, irá reverter todos seus benefícios, em especial os relacionados à distribuição de renda e redução da precarização do mercado de trabalho.

Salário Mínimo e a política de valorização negociada com as centrais sindicais

A criação do salário mínimo ocorreu entre os fins da década de 1930 e início dos anos de 1940, através das leis nº 185 de janeiro de 1936 e o Decreto-Lei nº 399 de abril de 1938 (regulamentação da instituição do salário mínimo) e do Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940, que fixou os valores do salário mínimo que passaram a vigorar a partir do mesmo ano. O conceito era que se tratava de um valor que proporcionasse meios materiais mínimos para que um trabalhador(a) garantisse a subsistência de uma família de quatro pessoas. A constituição de 1988 salienta que o salário mínimo deve atender as necessidades do trabalhador(a) e sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência.

No decorrer dos anos, porém, não foram poucos os momentos de desvalorização dos valores do salário mínimo: dentre eles o período no início da década de 1960, especialmente entre 1964 até 1974, e o período que vai de 1982 até 1995, sendo que neste último ano ele atinge seu menor valor real anual. Até 2005 o valor teve pequeno incremento real e somente após 2005 ele apresentou uma maior recuperação, com aumentos reais mais robustos a partir de 2009, chegando em 2019 em R\$ 1.000,78 e ainda longe dos valores de seu pico anual que foi em 1957 (R\$ 2.397,22).

Gráfico 1: Salário mínimo real, em R\$ de outubro de 2019 (deflator: ICV-DIEESE).



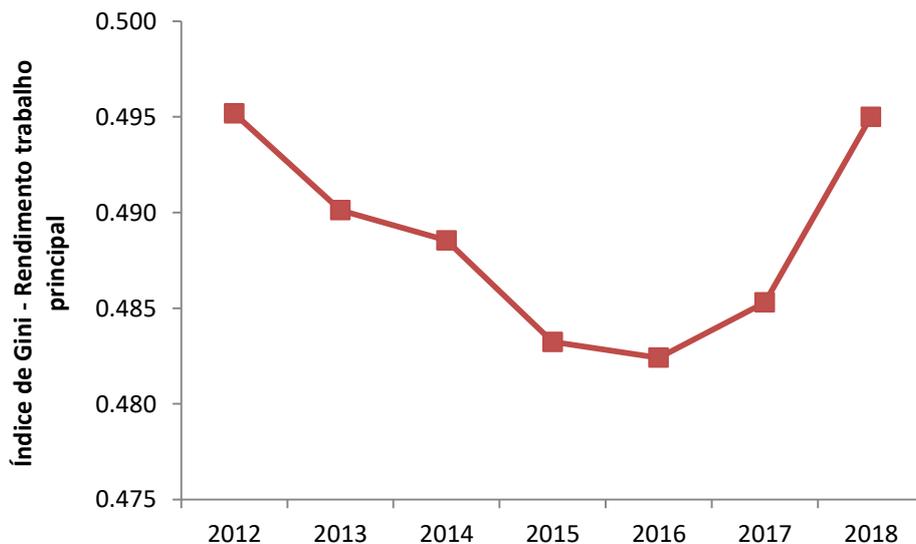
Fonte: DIEESE

Essa evolução recente, após 2005 e interrompendo a trajetória de estagnação de seus valores reais, foi fruto da ação conjunta das centrais sindicais, por meio das “Marchas a Brasília” realizadas entre 2004 a 2009, sendo que primeiramente estes movimentos garantiram reajustes expressivos do valor do salário mínimo, com ganhos reais; posteriormente, a partir de 2011 definiu-se uma política de valorização anual (levando em conta o INPC-IBGE e a variação do PIB) de seus valores que deveria seguir até 2019, segundo lei nº 13.152 de 29 de julho de 2015, devendo ser prorrogada até 2023. Como isso não ocorreu depois do reajuste de janeiro de 2019, não há continuidade prevista, retornando ao modelo anterior de reajustes.

Se considerado o período de maio de 2004 até janeiro de 2019, o aumento real do salário mínimo foi da ordem de 74,3%. Para o último reajuste, estimava-se o contingente de beneficiados pela política de mais de 48 milhões de pessoas, entre trabalhadores e aposentados e pensionistas. Além disso,

como crescia acima do aumento médio dos salários da economia, houve um movimento de redução das desigualdades de renda, revertendo uma situação histórica no país, graças tanto à política do salário mínimo como pelo avanço do assalariamento formal do país, pelo menos até 2014. O momento posterior, de crise econômica, inicia a reversão dessa dinâmica, que fica clara à luz dos recentes indicadores de salários, emprego e distribuição de renda. O índice de Gini³ dos ocupados no mercado de trabalho, em relação à sua renda principal, mostra queda até 2015 e crescimento acentuado nos anos de 2017 e 2018, refletindo a piora no mercado de trabalho e dos menores salários, mesmo que o rendimento médio real tenha permanecido relativamente estável.

Gráfico 2: Índice de Gini do rendimento do trabalho principal, Brasil, 2012 a 2018



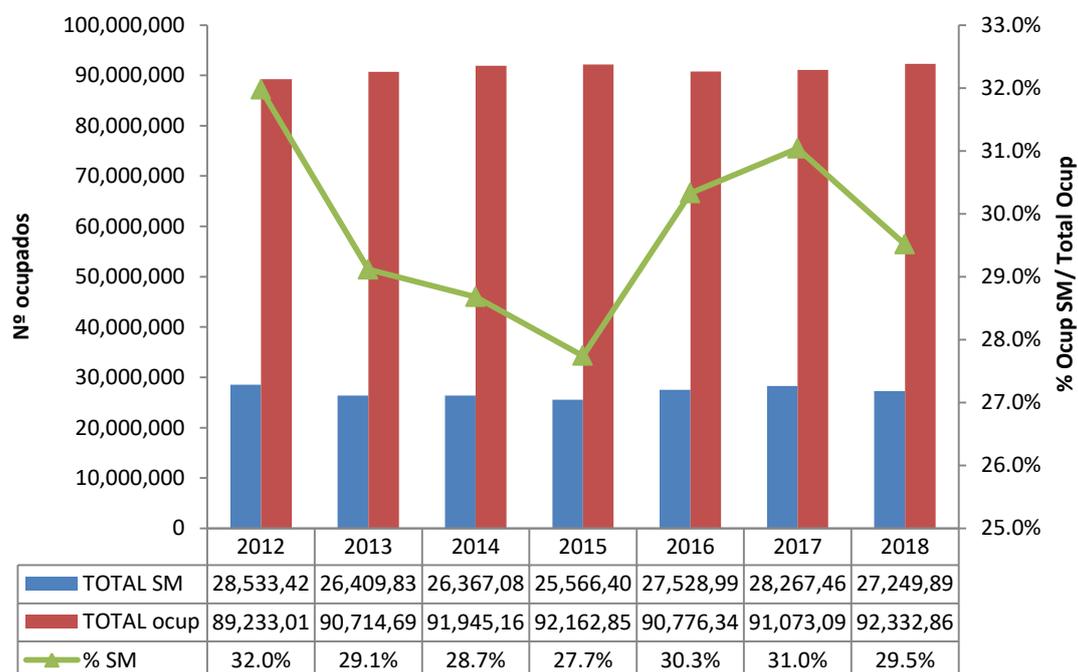
Fonte: elaboração própria a partir de microdados PNAD Contínua anual (1ª visita).

³ Medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico Corrado Gini, onde o valor 0 é equivalente a completa igualdade e 1 completa desigualdade, ou seja, no caso de renda, quanto menor mais igual é a distribuição de renda e vice versa.

Quem são os ocupados(as) que ganham até um salário mínimo?

O salário mínimo, direta e indiretamente, é uma referência para aproximadamente 30% do mercado de trabalho brasileiro. Mesmo que legalmente somente aqueles com carteira de trabalho assinada e/ou contrato formal tenham a obrigação de receber este valor (mesmo que proporcionalmente), ele acaba sendo patamar salarial para inúmeros trabalhadores informais. A queda entre os anos de 2017 e 2018 na participação no mercado de trabalho desse tipo de ocupado é um indicador de sua fragilidade de inserção ocupacional, já que o atual quadro os atinge mais efetivamente que outros trabalhadores.

Gráfico 3: Total de ocupados e aqueles que recebem até 1 SM, em número absoluto e %, Brasil, 2012 a 2018.



Fonte: elaboração própria a partir de microdados PNAD Contínua anual (1ª visita).

Em relação ao tipo de vínculo que os ocupados com salário mínimo possuíam, de 2012 a 2018 observa-se uma perda de participação do

assalariamento com carteira, incluindo trabalho doméstico, assim como do emprego no setor público, com mais de 1 milhão de ocupados a menos, ao mesmo tempo que cresceu a participação do assalariamento informal, de conta própria e empregador, a maioria desses sem CNPJ. Note-se que essa queda da formalização e do assalariamento, no caso dos trabalhadores com ganhos referenciados no salário mínimo, foi em ritmo superior à verificada no mercado de trabalho como um todo, corroborando a visão de que o ajuste do mercado de trabalho foi antecipado e mais profundo entre os trabalhadores da base da pirâmide ocupacional⁴. A taxa de assalariamento formal, dentre o total de assalariados caiu de 41,7% para 37,4%, da mesma forma que cresceu outros tipos de relação de trabalho diversas da assalariada, também em intensidade superior ao verificado no mercado de trabalho como um todo, assim como a taxa de assalariamento formal e a taxa de assalariamento geral em relação ao total de ocupados.

Tabela 1: Posição na ocupação, ocupados com rendimento médio do trabalho principal igual ou menor ao salário mínimo, Brasil, 2012 a 2018.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	5.820.715	5.265.533	5.555.217	5.233.371	5.432.088	5.367.828	4.836.546
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	6.445.058	5.969.967	5.781.480	5.357.641	5.897.132	6.277.122	6.221.559
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	927.626	828.958	823.794	837.674	802.670	756.460	622.720
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	3.503.506	3.268.927	3.051.843	2.999.196	3.191.746	3.320.611	3.288.906
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	245.829	223.684	205.417	207.585	188.337	179.585	155.069
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	1.022.822	964.986	998.274	962.181	932.018	984.604	1.001.007
Militar e servidor estatutário	855.678	820.040	866.664	746.267	776.696	720.434	673.220
Empregador	241.825	203.357	197.627	189.932	271.115	271.329	286.746
Conta-própria	9.470.371	8.864.385	8.886.771	9.032.557	10.037.196	10.389.497	10.164.119
Total	28.533.430	26.409.836	26.367.086	25.566.403	27.528.998	28.267.469	27.249.891
Assalariado formal / total assalariados	41,7%	41,2%	43,1%	43,0%	41,8%	39,9%	37,4%
Assalariado formal / total ocupados	27,5%	27,0%	28,3%	27,5%	26,2%	24,8%	23,1%
Assalariados / total ocupados	66,0%	65,7%	65,5%	63,9%	62,6%	62,3%	61,6%

⁴ Ler mais em *Emprego Em Pauta*, vários números, do DIEESE; *A Metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo*, DRUCK (2018).

Fonte: elaboração própria a partir de microdados PNAD Contínua anual (1ª visita).

Setorialmente, há predomínio das atividades ligadas ao comércio e serviços com quase 70% do total em 2018, com destaque para comércio de mercadorias, serviços domésticos e o grande incremento na participação de ocupados em *alojamento e alimentação*, com perda do peso das relacionadas à agropecuária e relativa estabilidade nos demais segmentos econômicos.

Tabela 2: Setor de atividade econômica dos ocupados com rendimento médio do trabalho principal igual ou menor ao salário mínimo, Brasil, 2012 a 2018.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	5.163.926	4.901.856	4.650.376	4.556.028	4.840.201	4.403.188	4.177.238
Indústria geral	3.064.114	2.780.458	2.846.990	2.723.315	2.686.214	2.925.382	2.857.081
Construção	2.205.705	1.955.851	1.884.673	1.728.001	2.138.973	2.136.113	2.002.687
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	5.345.285	4.894.532	5.057.665	4.932.243	5.287.640	5.591.376	5.275.527
Transporte, armazenagem e correio	750.695	688.057	685.197	680.839	832.645	880.648	866.240
Alojamento e alimentação	1.429.229	1.421.706	1.357.624	1.452.276	1.730.880	2.086.324	1.932.290
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	1.635.039	1.498.129	1.646.056	1.509.685	1.525.613	1.688.790	1.630.322
Administração pública, defesa e seguridade social	1.180.388	1.064.235	1.075.532	911.821	880.714	821.328	815.469
Educação, saúde humana e serviços sociais	1.734.074	1.660.080	1.816.240	1.793.385	1.912.840	1.941.268	1.899.411
Outros Serviços	1.570.153	1.442.974	1.461.474	1.437.021	1.697.991	1.689.674	1.864.580
Serviços domésticos	4.431.132	4.097.885	3.875.637	3.836.869	3.994.416	4.077.070	3.911.626
Atividades mal definidas	23.689	4.074	9.622	4.919	871	26.307	17.422
Total	28.533.430	26.409.836	26.367.086	25.566.403	27.528.998	28.267.469	27.249.891

Fonte: elaboração própria a partir de microdados PNAD Contínua anual (1ª visita).

Alinhada à discussão relacionada ao setor econômico, a questão ocupacional mostra um aumento considerável na participação de *Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados*,

representando esse grupo de ocupados aproximadamente 36% do aumento total desse tipo de ocupação (que foi a que mais cresceu no período no mercado de trabalho) e a queda expressiva de ocupados que recebem até um salário mínimo atuando em *Ocupações Elementares* (respondendo por mais de 83% do total da redução deste tipo de ocupação no geral, que foi a que mais caiu).

Tabela 3: Grande grupo ocupacional dos ocupados com rendimento médio do trabalho principal igual ou menor ao salário mínimo, Brasil, 2012 a 2018

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Diretores e gerentes	384.582	315.530	245.857	229.847	269.970	223.456	180.328
Profissionais das ciências e intelectuais	796.057	712.370	766.312	744.881	698.445	744.890	737.580
Técnicos e profissionais de nível médio	1.034.831	927.278	1.021.019	967.043	975.905	1.002.658	962.672
Trabalhadores de apoio administrativo	1.563.249	1.521.011	1.641.037	1.629.080	1.443.765	1.556.982	1.620.285
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	6.029.428	5.839.177	6.126.508	6.236.898	6.894.352	7.513.145	7.564.963
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	2.584.630	2.371.097	2.208.780	2.437.132	2.936.915	2.742.705	2.720.109
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	3.178.043	2.687.498	2.973.949	3.052.858	3.536.629	3.783.111	3.572.976
Operadores de instalações e máquinas e montadores	1.870.564	1.699.304	1.458.751	1.255.316	1.456.090	1.518.363	1.527.047
Ocupações elementares	10.844.768	10.099.165	9.723.521	8.961.071	9.270.400	9.141.044	8.321.990
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	48.015	50.230	53.271	50.235	43.586	38.277	35.798
Ocupações maldefinidas	199.264	187.177	148.081	2.042	2.942	2.838	6.143
Total	28.533.430	26.409.836	26.367.086	25.566.403	27.528.998	28.267.469	27.249.891

Fonte: elaboração própria a partir de microdados PNAD Contínua anual (1ª visita).

Dois aspectos importantes foram tanto a queda dos ocupados nessa faixa de rendimento com escolaridade inferior ao ensino médio (da mesma forma que no geral) como o aumento expressivo do contingente de ocupados que ganham até um salário mínimo com no mínimo ensino médio completo,

passando esse grupo a representar de 28,5% para 38,3% do total de ocupados, fenômeno observado em intensidade semelhante ao mercado de trabalho como um todo, que variou de 49,6% para 58,7% no mesmo período. O que diferencia ambos os movimentos, porém, foi um aumento mais acentuado dos ocupados que ganham até um salário mínimo que possuem ensino superior completo, que se elevaram em 91% (chegando a quase 1,3 milhão) contra uma elevação de 43,7% no mercado de trabalho geral para este tipo de escolaridade.

Tabela 4: Grau de instrução dos ocupados com rendimento médio do trabalho principal igual ou menor ao salário mínimo, Brasil, 2012 a 2018

Grau de instrução	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	2.137.736	1.939.387	1.785.495	1.784.567	1.859.889	1.616.762	1.417.510
Fundamental incompleto ou equivalente	12.432.646	11.541.993	11.190.331	10.455.609	10.840.674	10.824.272	10.215.873
Fundamental completo ou equivalente	3.442.288	3.102.688	3.011.951	2.871.551	2.845.479	2.886.357	2.665.399
Médio incompleto ou equivalente	2.402.673	2.213.198	2.211.446	2.221.311	2.417.209	2.584.142	2.501.273
Médio completo ou equivalente	6.609.475	6.178.928	6.495.045	6.505.452	7.544.928	8.133.840	8.024.541
Superior incompleto ou equivalente	906.331	870.789	992.603	1.013.046	1.135.687	1.195.660	1.269.183
Superior completo	602.280	562.851	680.216	714.866	885.131	1.026.436	1.156.112
TOTAL	28.533.429	26.409.835	26.367.087	25.566.402	27.528.998	28.267.469	27.249.892
Médio completo ou mais	28,5%	28,8%	31,0%	32,2%	34,7%	36,6%	38,3%

Fonte: elaboração própria a partir de microdados PNAD Contínua anual (1ª visita).

A importância do salário mínimo apresenta desigualdade quando se observa regionalmente: os ocupados que ganham até 1 salário mínimo possuem participação maior no mercado de trabalho das respectivas regiões no Nordeste (este com mais da metade do mercado de trabalho) e no Norte, sendo mais reduzida nas demais regiões. Ou seja, apesar de sua importância nacional, o salário mínimo é um patamar de renda para os ocupados extremamente relevante nas regiões com maior desigualdade no país⁵.

⁵ Enquanto o Índice de Gini do rendimento médio do trabalho principal no país era de 0,49 em 2018, nas regiões Norte e Nordeste eram de 0,51 para ambos.

Tabela 5: Participação dos ocupados com rendimento médio do trabalho principal igual ou menor ao salário mínimo em relação ao total, regiões e Brasil, 2012 a 2018.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Norte	43,1%	41,0%	40,2%	38,9%	44,2%	44,2%	43,3%
Nordeste	55,5%	52,1%	52,6%	51,1%	54,0%	54,7%	52,0%
Sudeste	22,6%	20,1%	19,1%	18,5%	21,2%	22,6%	21,8%
Sul	19,8%	17,2%	15,9%	15,1%	17,1%	17,2%	15,7%
Centro-Oeste	26,3%	23,3%	22,1%	21,2%	24,3%	24,8%	22,9%
TOTAL	32,0%	29,1%	28,7%	27,7%	30,3%	31,0%	29,5%

Fonte: elaboração própria a partir de microdados PNAD Contínua anual (1ª visita).

Dois últimos aspectos não menos importantes sobre os trabalhadores que ganhavam até um salário mínimo de rendimento no trabalho principal no país, primeiramente, é a queda daqueles que contribuíam para a previdência, que chegaram em um pico de 37,3% em 2015 e agora representam 33,8%. Outro aspecto é a relevante participação desses trabalhadores no total daqueles que possuem subocupação por insuficiência de horas, passando a representar 72,2% em 2018 desse total, ou seja, a maior parte dos que trabalham menos de 40 horas semanais e gostariam/teriam disponibilidade de trabalhar mais (mas não conseguem) é constituída de trabalhadores que recebem até 1 SM.

Algumas conclusões

Quando se discute a reversão da política de salário mínimo há que se ter em conta os quase 50 milhões de pessoas que serão diretamente afetadas. Também não se podem ignorar seus efeitos na dinamização do consumo e na redução da pobreza, em se tratando de um país extremamente desigual e que atravessa uma semiestagnação econômica no qual o mercado consumidor interno teria grande importância.

Especificamente no mercado de trabalho, o salário mínimo ou é o valor recebido devido à formalização do contrato de trabalho ou pelo menos é uma

referência para seus ganhos. Porém, trata-se de contingente mais frágil do mercado de trabalho, o que fica mais claro pela sua redução na participação no total de ocupados como pela queda da taxa de assalariamento, total e formal. O salário mínimo vai deixando de ser uma referência salarial para se tornar patamar de renda do trabalho, a persistir a deterioração do mercado de trabalho.

Quem recebe até um 1 SM atuava predominantemente no comércio e serviços (com crescimento nos serviços de alimentação e alojamento), com queda do emprego no campo no período entre 2012 a 2018, sendo alinhado a esse movimento a queda das ocupações elementares e aumento dos trabalhadores ocupados como vendedores no comércio. Houve um aumento de escolaridade dos ocupados nessa faixa de rendimento, mas ao mesmo tempo observou-se queda na taxa de contribuintes para a previdência, assim como a permanência desses trabalhadores como a maior parte dos subocupados por insuficiência de horas. A participação dos ocupados com renda de até 1 SM no Norte e Nordeste é muito grande, inclusive sendo mais da metade nesta última região.

A deterioração econômica atuou de forma a fragilizar ainda mais o mercado de trabalho, fenômeno sentido mais fortemente entre os trabalhadores mais precários. Os que ganhavam até 1 SM viram sua condição de assalariados se transformar cada vez mais em precário. Com isso, fica evidente que a política de salário mínimo, sem estar acompanhada de uma melhora no mercado de trabalho como um todo, pode não ter o mesmo impacto que teve anteriormente, pelo menos dentre os ocupados. Ao mesmo tempo em que a deterioração das relações de trabalho, e mesmo da redução de sua participação no total, é fruto de uma pior inserção ocupacional, aqueles trabalhadores que ganham até 1 SM também se veem cada vez mais fragilizados sem uma retomada do mercado de trabalho. Dito de outra forma, especificamente no mercado de trabalho, a manutenção da política de valorização do salário mínimo deve ser acompanhada também de uma redução na precarização do mercado de trabalho e aumento do assalariamento formal, pois caso contrário seu potencial de melhora na economia ficará prejudicado.

Bibliografia

BALTAR, P. *Salário Mínimo e Mercado de trabalho*. IN: *Salário Mínimo e Desenvolvimento Econômico*. Orgs: Paulo Eduardo de Andrade Baltar; Claudio Salvadori Dedecca; José Dari Krein. Campinas, Sp; Unicamp. IE, 2005.

DIEESE. *Salário Mínimo de 2019 é fixado em R\$ 998,00 (Nota técnica nº 201)*. São Paulo, DIEESE, janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec201SalarioMinimo.html>

DIEESE. *Boletim Emprego em Pauta* (vários números). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta>

DRUCK, G. *A Metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões*. Revista em Pauta (UERJ), nº 41, vol. 16, pág. 68-92. Rio de Janeiro, 2018.